Era uma vez a crise do Império romano no século III: percursos de um recente itinerário historiográfico

Once upon a time there was a third century crisis of the Roman Empire: some pathways in a current historiographical itinerary

Moisés Antiqueira *
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Resumo

A "crise do Império romano do século III" configura um dos elementos mais tradicionais em meio aos estudos historiográficos dedicados à história imperial romana. Entretanto, nas últimas décadas têm se observado a emergência de sérios questionamentos a essa perspectiva. Desta maneira, o presente artigo busca delinear em que consistiriam as críticas à concepção de crise do século III, a partir da exposição das propostas defendidas por historiadores como Karl Strobel, Christian Witschel e Gonzalo Bravo Castañeda. Por fim, indico uma possibilidade de se preservar o emprego do conceito de crise ao tomá-lo como expressão de um "momento crítico/decisivo".

Palavras-chave: Crise do século III; Império romano; estudos historiográficos.

Abstract

The third century crisis of the Roman Empire is one of the most conventional features on the historiographical agenda of the Roman Imperial period. However, the validity of that idea has been questioned over the last decades. Considering that, this study aims to highlight particular aspects lying at the basis of those critical approaches to the third century crisis. In doing so, I take a close look at the works of historians such as Karl Strobel, Christian Witschel and Gonzalo Bravo Castañeda. In the end, I suggest a way to deal with the concept of crisis by defining it as a "critical/decisive" moment in history.

Keywords: The crisis of the third century; the Roman Empire; historiographical studies.

● **Enviado em: 16/10/2015**
● **Aprovado em: 07/12/2015**

* Professor Adjunto A dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Coordenador do Laboratório de Pesquisa "Estudos em História Intelectual", da mesma universidade. Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). O artigo é fruto de projeto de pesquisa individual, atualmente em desenvolvimento, que se intitula "A crise do Império romano no século III d.C.: uma abordagem teórico-conceitual". Email: moises.antiqueira@gmail.com

Introdução

Em um livro publicado recentemente, Clifford Ando afirma que, nos últimos anos, a produção historiográfica dedicada ao Império romano do século III tem sido dominada por uma única linha interpretativa, cujo enfoque se direciona, basicamente, no sentido da problematização do emprego do termo crise como forma de se caracterizar o referido período[1]. Tal posicionamento opõe-se a um "paradigma historiográfico" que marcou boa parte dos estudos que, ao menos desde os tempos de Edward Gibbon, abordaram o mundo romano do século III[2]. Refiro-me à perspectiva de que tal século teria sido palco de um processo histórico catastrófico e generalizado, marcado por fatores como a instabilidade político-militar, o decréscimo demográfico e a fragilidade econômica e monetária que quase teria resultado no desaparecimento do *Imperium Romanum*, ótica essa que é, convencionalmente, designada mediante a expressão "crise do século III"[3].

Sendo assim, este artigo busca estabelecer um breve panorama que permita identificar as principais linhas interpretativas que têm sido formuladas, desde a década de 1990, no que concerne ao questionamento do emprego do conceito de crise como ferramenta válida para se descrever e/ou explicar os fenômenos que caracterizam a história do Império romano durante parte do século III. Digo "parte" porque, à maneira de Lukas de Blois, defendo o ponto de vista de que se possa falar em crise (ou crises) para o contexto do século III, especialmente no que respeita aos anos que se desenrolaram entre 249 e 284[4]. Seja como for, resulta

---

1 ANDO, Clifford. *Imperial Rome AD 193 to 284*: the critical century. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2012, p. 13.

2 Embora escape às pretensões desse trabalho, cabe salientar que a vinculação de diferentes historiadores ao "paradigma da crise do século III" também pode (e deve) ser colocada em perspectiva histórica. Jean-Marie Pailler destaca, entre outros, o caso do estudioso húngaro Andreas Alföldi, que em 1938 publicou no periódico *L'Antiquité Classique* uma análise sobre "a grande crise do mundo romano no século III". Às vésperas da eclosão da Segunda Guerra Mundial e originário de uma região situada entre a Alemanha nazista e a União Soviética sob Stalin, Alföldi fez do século III uma "época sombria", que seria definida pelo enfraquecimento de grandes e "ilustradas" personalidades (os imperadores pertencentes à dinastia Antonina), em paralelo à crescente influência das massas populares, algo que teria culminado na ascensão de governantes de tendência "absolutista". Para tanto, ver PAILLER, Jean-Marie. La crise en thèmes... et en question. *Pallas*. Revue d'Études Antiques. Toulouse, Presses Universitaires du Mirail, 1997, edição extra, pp. 131-140.

3 À guisa de ilustração, Géza Alföldy afirma que podemos "falar de uma crise generalizada do mundo romano" no século III. Ver ALFÖLDY, Géza. *A história social de Roma*. Lisboa: Presença, 1989, p. 172. A obra foi tomada como exemplo, dentre tantas outras possíveis, em razão de sua grande acolhida em meio aos cursos de graduação em História oferecidos em nosso país.

4 DE BLOIS, Lukas. The crisis of the third century A.D. in the Roman Empire: a modern myth? In: DE BLOIS, Lukas; RICH, John. *The transformation of economic life under the Roman Empire*. Leiden: Brill, 2002, p. 217. O próprio de Blois relativiza um pouco sua posição ao sustentar que, devido ao fato de que muitas crises possuíram um caráter regional, talvez "[fosse] prudente regionalizar a 'crise do século III". Haveria, assim, uma "série de crises", no plural, entre os anos de 251 e 284. Cf. DE BLOIS, Lukas. The military factor in the on set of crises in the Roman Empire in the third century AD. In: *The impact of*

impossível que apresentássemos um balanço exaustivo sobre a temática. Faz-se a opção, pois, de expor os argumentos defendidos por três estudiosos – a saber, Karl Strobel, Christian Witschel e Gonzalo Bravo Castañeda – os quais, a meu ver, sintetizam os elementos mais relevantes em meio à revisão historiográfica predominante nos últimos anos. Tamanha empreitada adquire alguma relevância tendo em vista que, no que diz respeito à produção brasileira, nota-se uma escassez de trabalhos voltados ao tema – em que pese a quantidade notável de pesquisas levadas a cabo nos últimos anos que, direta ou indiretamente, se filiam à concepção de "Antiguidade Tardia", como advogada por Peter Brown e tantos outros historiadores[5]. Já na segunda metade do texto, ofereço uma proposta para que mantenhamos a categoria de crise em nosso horizonte investigativo, a despeito da maior ou menor solidez metodológica dos enunciados produzidos pelos três historiadores ora assinalados.

A crise, ou a "não crise", de acordo com Strobel, Witschel e Bravo Castañeda

> Dos grandes jogos seculares celebrados por Filipe [244-249] até a morte do imperador Galieno [253-268] decorreram (...) vinte anos de opróbrio e infortúnio. Durante esse período calamitoso, cada instante de tempo foi marcado, cada província do mundo romano foi afligida por invasores bárbaros e tiranos militares; o império arruinado parecia próximo do momento derradeiro e fatal de sua extinção[6].

Mediante palavras como essas, Gibbon expressava sua visão a respeito da história imperial nos meados do século III[7]. A monumental obra por ele escrita no último quarto dos Setecentos conferiu contornos dramáticos, apocalípticos, à temática da crise do século III. Foi contra esse modelo do "declínio e queda" de Roma que parcela considerável da produção historiográfica versada sobre a história romana viria a se insurgir a partir da segunda metade do século passado. Poder-se-ia afirmar que as novas perspectivas referentes ao século III,

---

Roman army (200 BC – AD 476). Economic, social, political, religious and cultural aspects. Leiden: Brill, 2007, pp. 497-498.

5 Exceção a esse quadro pode ser encontrada em: SILVA, Gilvan V. da; SOARES, Carolline da S. O "fim" do mundo antigo em debate: da "crise" do século III à Antiguidade Tardia e além. *Nearco*. Revista Eletrônica de Antiguidade. Rio de Janeiro, NEA/Uerj, 2013, vol. 6, nº 1, pp. 138-162.

6 GIBBON, Edward. *Declínio e queda do império romano*. Edição abreviada. São Paulo: Cia. das Letras, 1989, p. 105.

7 "O aspecto interessante sobre esse período é que o Império romano (...) apresentou todo sinal de colapso. (...) O Império romano parecia pronto para a desintegração completa, mas isso não ocorreu". Essas são algumas das frases com as quais Michael Grant inicia um livro dedicado à história romana no decorrer do século III. Os tons catastrofistas, portanto, não se restringem ao discurso produzido por um filho do Iluminismo, como era o caso de Gibbon. Para tanto, cf. GRANT, Michael. *The collapse and recovery of the Roman Empire*. London; New York: Routledge, 1999, p. xvii.

surgidas nas últimas três décadas, primam por um ponto em comum, qual seja, o questionamento e a recusa a esse modelo gibboniano.

Assim sendo, principiemos nosso debate a partir das contribuições efetuadas por Karl Strobel em uma obra publicada no ano de 1993, "*Das Imperium Romanum im '3. Jahrhundert'*: *Modell einer historischen Krise?*" ("O Império Romano no século III: modelo de uma crise histórica?"). O cerne da argumentação desenvolvida por Strobel reside na noção de que a "crise do século III" não corresponde a algo dotado de facticidade histórica; antes, tratar-se-ia de um "modelo", de um "paradigma" assentado sobre uma visão retrospectiva por parte dos historiadores, a qual se fundamenta na percepção histórica que os diferentes estudiosos nutriram/nutrem a respeito da própria época em que viveram/vivem[8]. Os ataques de Strobel incidiam, em especial, contra as perspectivas veiculadas por historiadores como Géza Alföldy, que advogava em favor da ideia de uma "consciência de crise no século III" (*Krisenbewußtsein)*, na medida em que os textos escritos daquela época, fossem de matriz pagã ou cristã, manifestariam seus temores diante das transformações gerais então ocorridas por intermédio de termos e recursos de linguagem similares entre si, algo que testemunharia um sentimento generalizado de que a experiência cotidiana se desenrolava sob o signo da catástrofe[9]. Strobel questiona até que ponto as fontes literárias produzidas a partir de fins do século II exprimiam uma representação acerca de todo aquele período pautando-se em uma "concreta reflexão sobre a crise"; a "expectativa de um colapso universal iminente" (observável em alguns textos de Cipriano de Cartago, por exemplo) não poderia contribuir para que os indivíduos que viveram nos meados do século III pudessem interpretar com clareza a experiência coetânea. Daí que Strobel se opusesse à proposta de Alföldy da existência de uma "consciência de crise", avaliando-a como que baseada em um princípio metodológico frágil[10].

Logo, noções como a de "*Krisenbewußtsein*" e outras "fórmulas de crise" disporiam de um caráter pouco preciso ou específico para designar um período de transição (como o teria sido o século III, no entender do autor) e, não raro, o conceito, que *a priori* deveria dar conta dos elementos relativos a um dado momento, tornava-se o equivalente da própria história dessa época[11]. Portanto, "a imagem da crise estrutural do Império e dos processos de

8 STROBEL, Karl. *Das Imperium Romanum im '3. Jahrhundert'*: Modell einer historischen Krise? Zur Frage mentaler Strukturen breiterer Bevölkerungsschichten in der Zeit von Marc Aurel bis zum Ausgang des 3. Jh. n. Chr. Stuttgart: Franz Steiner, 1993, p. 11.

9 ALFÖLDY, Géza. The crisis of the third century as seen by contemporaries. *Greek, Roman and Byzantine Studies*, Durham, v. 15, nº 1, 1974, pp. 89-111.

10 STROBEL, op. cit., pp. 12-13.

11 Ibid., p. 11.

mudança ancorados na crise surge, em última instância, primordialmente em meio às análises modernas, retrospectivas"[12].

Desta maneira, o tradicional modelo de crise seria incapaz de esclarecer o desenvolvimento histórico do Império romano no século III. Para tanto, Strobel enfatiza o fato de que algumas regiões imperiais vivenciaram até mesmo um processo de florescimento econômico, e que não teriam sido afetadas pelas ameaças militares, fossem aquelas representadas por invasores externos, fossem aqueles referentes aos distúrbios intestinos – posicionamento que, como veremos ainda, será aprofundado por Christian Witschel. O exemplo fornecido por províncias como o Egito, para a qual dispomos de um volume maior de evidências a permitir o estabelecimento de um quadro mais seguro quanto à esfera econômica e às atividades cotidianas, iria de encontro à percepção de uma crise generalizada e mesmo de longo prazo[13].

Conclui-se, pois, que não houve crise do século III. Pelo contrário, ter-se-ia mantido em vigor um sistema estável no decorrer daquele período, o qual, todavia, se caracterizava por um processo de mudança estrutural (*Strukturwandel*)[14]. Tamanha alteração é concebida por Strobel como gradativa; uma "mudança acelerada" (*beschleunigter Wandel*) somente poderia ser aceita no que concerne ao meio século entre a ascensão de Diocleciano e a morte de Constantino[15]. Diante disso, o estudioso exorta para que abandonemos aquilo que ajuíza ser uma tradição arraigada dentro do pensamento contemporâneo, qual seja, a de se pressupor que qualquer transformação substancial observada na história imperial romana entre os séculos I e IV-V deva ser entendida forçosamente como fruto de alguma crise ocorrida em um estágio imediatamente anterior[16].

Seis anos depois do aparecimento do trabalho de Strobel, viria à lume o livro "*Krise, Rezession, Stagnation? Der Westen des römischen Reiches im 3. Jahrhundert n. Chr.*" ("Crise, recessão, estagnação? O ocidente do Império romano no século III d.C."), de autoria de Christian Witschel[17]. Em 2004, Witschel publicou um artigo razoavelmente extenso, no qual sumarizava a mencionada obra e procurava até mesmo aclarar alguns pontos controversos; o texto, denominado "*Re-evaluating the Roman West in the 3rd. c. A.D.*" ("Reavaliando o ocidente

12 Ibid., p. 300.
13 Ibid., p. 285.
14 Strobel chega a afirmar que, se compararmos o Império romano do século III com a Europa medieval e mesmo moderna, teríamos diante de nosso olhar "um sistema notavelmente estável". Cf. ibid., p. 347.
15 Ibid., p. 345.
16 Ibid., p. 348.
17 WITSCHEL, Christian. *Krise, Rezession, Stagnation?* Der Westen des römisches Reiches im. 3. Jahrhundert n. Chr. Frankfurt-am-Main: MartheClauss, 1999.

romano no século III d.C.") constituirá o elemento principal para o balanço a ser exposto por ora[18].

De início, saliente-se que a abordagem preconizada por Witschel, senão de todo original, baseia-se em dois elementos que a diferenciam em grande medida dos trabalhos que eram – e mesmo são – produzidos sobre o tema. Em primeiro lugar, o foco de sua investigação se direciona para os aspectos sociais e econômicos da história romana no decorrer do século III, sem que se atenha tanto a questões políticas e militares. Por seu turno, embora não negligencie as fontes literárias, o estudo de Witschel é fundamentalmente calcado nas mais variadas evidências arqueológicas[19].

O historiador em questão não nega que os eventos turbulentos ocorridos nos meados do século III – notadamente a rápida sucessão de *purpurati* e as repetidas e simultâneas invasões externas – tenham impressionado vivamente os coetâneos (algo que, portanto, o afasta em certa medida do posicionamento adotado por Strobel). Tampouco que tais acontecimentos tenham afetado, por exemplo, a cultura material, como o assinalaria o decréscimo quantitativo que se nota na produção de inscrições epigráficas e na estatuária (muito embora o reuso de material edilício seja explicado por Witschel mais nos termos de uma mudança nas práticas sociais que romperia com tradições há muito assentes)[20]. Entretanto, para o autor, interpretar o conjunto de evidências a partir dos parâmetros relacionados a um modelo de crise "estrutural", "global", implica tomar a crise por certa, aprioristicamente. "Os cenários catastróficos", diz Witschel, "assim se perpetuam"[21].

A proposta oferecida pelo pesquisador diante desse quadro que, no entender dele, se revela portanto tautológico, repousa em um aprofundado estudo conjuntural pautado na diversidade regional e local. Um modelo histórico generalizante, como o seria o caso da "crise do século III", não poderia dar conta da extrema complexidade e de todas as situações individuais que marcaram um Império territorialmente tão amplo como era o caso do romano[22].

Ao contrário de Strobel, pois, Witschel delineia de modo explícito uma solução alternativa ao "paradigma da crise". Por um lado, dialoga com a perspectiva que considera o Império romano em termos sistêmicos, buscando "estabelecer as expressões concretas desse

18 WITSCHEL, Christian. Re-evaluating the Roman West in the 3rd. c. A.D. *Journal of Roman Archaeology*, Portsmouth, RI, 2004, v. 17, pp. 251-281.

19 Como observado por LIEBESCHUETZ, John H. W. G. Was there a crisis of the third century? In: HEKSTER, Olivier; DE KLEIJN, Gerda; SLOOTJES, Daniëlle (eds.). *Crises and the Roman empire*. Leiden; Boston: Brill, 2007, p. 14.

20 WITSCHEL, op. cit., 2004, p. 251.

21 Ibid., p. 252.

22 Ibid., pp. 252-253.

sistema em um período específico". Neste caso, conforme o autor, torna-se possível determinar as continuidades essenciais que prevaleceram no decurso da história imperial, ao passo que se identificaria com maior clareza a natureza de eventuais transformações. Diante disso, Witschel conclui que, ao menos nas áreas mediterrânicas, as características elementares do sistema imperial romano – em relação às áreas político-administrativa, militar, fiscal, econômica e etc. – sofreriam uma alteração decisiva somente no século VI[23].

Dentro deste cenário, Witschel defende a tese de que, embora não se possa negar a existência de alterações, em particular ao nível macroestrutural (transformações no acesso e na composição dos quadros administrativos e militares, emergência de novos grupos dirigentes, entre outros), teriam prevalecido "numerosas continuidades" entre os séculos II e IV no que se concernia a fatores basilares – o poder imperial em si, a cultura literária da elite, as bases econômicas do Estado, os ritmos e os modos de vida no interior das cidades e das áreas rurais. Ou seja, os fundamentos do sistema imperial não teriam sido "decisivamente perturbados", em que pesassem as turbulências político-militares que se notam em diferentes momentos do século III[24].

Por outro lado, o mapeamento que Witschel constrói acerca da situação socioeconômica das províncias ocidentais do Império àquela época ressaltaria a inadequação do emprego de um conceito generalizante e unitarista para se compreender "incontáveis diferenças locais e regionais"[25]. Eventuais processos de mudança apresentariam grandes variações, seja no tempo, seja no espaço, assim como os ritmos e as flutuações observáveis nos níveis de produção e circulação de bens dependeriam de circunstâncias largamente regionais. Tome-se como exemplo o norte da África e suas províncias principais, a África Proconsular e a Numídia. Ao final do século III, a produção de artigos finos de cerâmica e de azeite de oliva teria mesmo ultrapassado os patamares observados no início do referido século (produção que, aliás, teria fomentado o crescimento econômico das províncias norte-africanas e se relacionava, igualmente, ao aumento do número de indivíduos advindos da região que ascenderam às ordens equestre e senatorial). Ainda que as dificuldades políticas, militares e financeiras entre os anos 250-280 tivessem impedido a inversão de capitais em

23 "Apenas com os eventos [ocorridos] nos séculos VI e VII é que tanto o ocidente quanto o oriente atingiram uma situação em que esse sistema desmoronou em muitos pontos. Essa foi a verdadeira crise do mundo antigo, anunciando a passagem para a Idade Média". Cf. ibid.,p. 253.
24 Ibid., p. 273.
25 Ibid., p. 255.

investimentos mais arriscados e especulativos, o Norte da África manteve seu elevado *status* econômico no Mediterrâneo Ocidental ao longo dos séculos III e IV[26].

Em suma, o estudioso reitera não ser adequado que se conceba a sociedade romana do século III nos termos de uma crise generalizada. Ao pontuar certas transformações graduais que remontavam ao século II (como no caso do crescimento econômico comum ao norte da África), Witschel sinalizaria a fraqueza heurística do conceito de crise quando aplicado ao período em questão[27].

Finalmente, assinalar-se-á as considerações recentemente traçadas por Gonzalo Bravo Castañeda. Em artigo publicado no ano de 2012 ("*¿Otro mito historiográfico? La crisis del siglo III y sus términos en el nuevo debate*"), o estudioso espanhol retoma o questionamento direcionado à perspectiva da "consciência de crise" por parte das fontes coetâneas ao século III. Bravo Castañeda afirma que os contemporâneos teriam dificuldade em conceber nitidamente a dimensão histórica da época em que viveram e, em especial, não reuniriam condições de compreender a existência de uma crise na medida em que muitas das mudanças ocorridas não se limitavam ao próprio século III. Apesar disso, o autor reconhece que certos documentos parecem sinalizar alguma percepção de crise, tais como as inscrições dedicadas "*pro salute perpetui imperii romani*", consoante a um possível temor pelo desaparecimento do sistema imperial[28].

O cerne da análise de Bravo Castañeda reside, porém, no argumento segundo o qual a denominação "crise do século III" mostra-se inadequada, pois, conforme o autor, parte significativa dos fatos históricos a ela associados – problemas com o exército, inflação, política anti-senatorial, substituição da mão de obra escrava – fincariam raízes no século II, período que também não havia escapado a turbulências no tocante à política interna. Deste modo, Bravo Castañeda conclui que "(...) desde a época de Cômodo [180-193], já se havia configurado a dinâmica característica de quase todo o século seguinte"[29].

O que restaria, sendo assim, da "crise do século III?". De acordo com Bravo Castañeda, trata-se de uma forma de interpretação enviesada, acriticamente aceita e reproduzida por centenas de literatos e de historiadores, de diferentes orientações teóricas, a qual, inquestionável ao longo de gerações sucessivas, alçou-se a condição de "mito historiográfico". Nestes termos, a "crise do século III" seria o resultado de "reconstruções arbitrárias ou

26 Ibid., pp. 267-268.
27 Ibid., p. 273.
28 BRAVO CASTAÑEDA, Gonzalo. ¿Otro mito historiográfico? La crisis del siglo III y sus términos en el nuevo debate. *Studia historica*. História Antigua, Salamanca, 2012, nº 30, pp. 118-119.
29 Ibid., p. 121.

exageradas por parte dos historiadores modernos e que não correspondem aos fatos a partir dos testemunhos transmitidos pelas fontes antigas"[30]. Portanto, Bravo Castañeda retoma argumentação anteriormente traçada por Strobel e também por Witschel, no sentido de que a crise do século III configuraria um "tipo de pressuposto geral da pesquisa histórica", inquestionável, e que serviria de explicação para quase toda alteração que se postulasse entre o Alto Império e a Antiguidade Tardia[31].

Bravo Castañeda apresenta, por fim, duas alternativas. A primeira diz respeito à superação da noção de uma crise "única, global, permanente, generalizada e que afetaria por igual" todas as esferas da realidade histórica – algo que os estudos regionais como aqueles produzidos por Witschel evidenciariam. Seria mais prudente, logo, falar em "crises", referentes a variadas modalidades ou categorias analíticas (uma crise política, uma crise militar, uma crise religiosa e assim por diante)[32]. A segunda corresponde, efetivamente, à hipótese defendida pelo autor. Ou seja, não houve crise alguma no que se refere ao mundo romano do século III:

> Se o modelo de crise histórica não é aqui aplicável, posto que se subtraí a uma delimitação espacial e temporal precisa, somente cabe definir a crise nos termos de uma "não crise", ou seja, como mudanças graduais – não drásticas, nem gerais ou simultâneas – que, em momento algum, chegaram a pôr em perigo a continuidade do sistema[33].

Deste modo, o autor segue por uma trilha já aberta por Witschel. Ainda que se reconheça "aparentes momentos de descontinuidade", Bravo Castañeda sustenta que "prevaleceu a (...) continuidade do sistema imperial romano"[34]. Da "crise", pois, chegamos à "não crise".

"A crise do século III não terá mais lugar"?[35]

Diante de tudo o que foi exposto, compete perguntar: não há mais espaço para a crise no seio da produção historiográfica dedicada à sociedade romana imperial do século III? Teria o referido termo perdido sua validade conceitual e, mais importante ainda, revelar-se-ia inútil

30 Ibid., pp. 122-123.
31 WITSCHEL, op. cit., 2004, p. 252.
32 Ibid., p. 134.
33 Ibid., p. 137.
34 BRAVO CASTAÑEDA, Gonzalo. ¿Crisis del Imperio romano? Desmontando un tópico historiográfico. *Vínculos de Historia*, Ciudad Real, nº 2, 2013, pp. 13-26.
35 Parafraseio aqui o título de um conhecido trabalho de autoria de WICKHAM, Chris. La chute de Rome n'aura pás lieu. *Le Moyen Age*, Louvain-la-Neuve, 1993, nº 99, pp. 107-125.

diante dos enunciados presentes nas narrativas historiográficas que emergiram nos últimos tempos?

Em primeiro lugar, cabe registrar que há uma dimensão comum ao ofício do historiador, a qual, em ampla medida, condicionou/condiciona a forma como se compreende o mundo romano do século III. Volto-me à inescapável natureza retrospectiva da investigação histórica, algo que, no caso particular do qual nos ocupamos, assume por vezes a seguinte feição:

> Diagnósticos tradicionais tenderam a considerar a mudança no Império romano à luz de seu colapso definitivo, presumindo que 'o Império declinou na medida em que caiu'. Para explicar como o Império do Ocidente pôde ter se enfraquecido a ponto de acabar em 476, procuraram por aquilo que o enfraqueceu, e permitiram que o colapso vindouro influenciasse suas interpretações[36].

O curioso, porém, é constatar que as interpretações revisionistas também lançam mão de artifício semelhante. Com isto afirmo que o fato de o Império romano ter permanecido relativamente estável em boa parte do século IV – ou, dito de outra forma, de a sociedade posterior à época tetrárquica evidenciar a manutenção do sistema imperial – constitui argumento com vistas a minimizar a validade da perspectiva da crise do século III[37]. Em meio a tal ótica, "mudança", "mutação" ou "transformação" figuram como vocábulos preferíveis se cotejados à "crise", uma vez que sinalizariam com maior precisão, alega-se, os processos e circunstâncias históricas que caracterizaram um século III pensado, por exemplo, nos termos de uma Antiguidade Tardia[38].

Por outro lado, fato é que o uso indiscriminado e – por que não – ingênuo do conceito de crise contribui para esmorecê-lo. A retórica da crise invade, nos dias atuais, os mais diferentes cenários e esferas da vida; é freqüente a encontrarmos como um simples e convencional rótulo para as mais diversas situações, que envolvam desde uma "crise

36 DUNCAN-JONES, Richard. Economic change and the transition to Late Antiquity. In: SWAIN, Simon; EDWARDS, Mark (eds.). *Approaching Late Antiquity*: the transformation from Early to Late Empire. Oxford: OUP, 2006, p. 20.

37 Argumento que se observa, por exemplo, quando Jean-Michel Carrié se refere à economia romana no século IV. Ver CARRIÉ, Jean-Michel. Conclusion. In: CARRIÉ, Jean-Michel; ROUSSELLE, Aline. *L'Empire romain en mutation*. Des Sévères à Constantin (193-337). Paris: Éditions du Seuil, 1999, p. 726. Andrea Giardina sumariza tal posicionamento ao sublinhar que "a insistência sobre a continuidade da história (...) romana através dos séculos III e IV assumiu precisamente a função de normalizar a representação luminosa do século IV, situando-a em uma continuidade privada de perigos". Para tanto, vide GIARDINA, Andrea. Préface. In: QUET, Marie-Henriette (dir.). *La "crise" de l'Empire romain de Marc Aurèle à Constantin*. Mutations, continuités, ruptures. Paris: PUPS, 2006, p. 16.

38 CARRIÉ, Jean-Michel. Introduction. "Bas-Empire" ou "Antiquité tardive"? In: CARRIÉ; ROUSSELLE, op. cit., p. 11. Ver também SILVA; SOARES, op. cit., pp. 138-162.

humanitária", uma "crise de governabilidade" ou até mesmo uma "crise conjugal". Deste modo, pode-se afirmar que a concepção de crise oscila entre tentativas fracassadas de defini-la de maneira precisa e um uso hipertrofiado que pode torná-la inócua enquanto instrumental analítico[39].

Daí que "poucos historiadores", escreve Randolph Starn, "est[ejam] inclinados a concordar em relação ao que constitui uma crise, muito menos *a* crise" (grifo do autor).[40] Gerhard Mason, entretanto, não se eximiu da tarefa de definir o que poderia ser entendido como a crise de uma sociedade historicamente delimitada:

> (...) apenas uma súbita mudança no decorrer de um curto intervalo de tempo, afetando os efetivos pontos vitais das instituições, costumes, modos de pensamento e de sentir, estruturas de poder e organizações econômicas, pode ser corretamente rotulada como uma 'crise'.[41]

Duas objeções podem ser trazidas à tona no que concerne à proposição elaborada por Mason. Acaso as crises equivalham somente a "súbitas mudanças no decorrer de um curto intervalo de tempo", retomar-se-ia, no caso do período do qual esse artigo se ocupa, a ótica gibboniana de uma crise catastrófica e generalizada durante o século III, a qual contrastaria nitidamente com o período precedente, o "século de ouro" dos Antoninos. Neste caso, a "crise" em história é compreendida como sinônimo de (ou, mais precisamente, da definitiva) ruptura, de maneira pura e simples. Ora, os estudos levados a cabo por pesquisadores como Witschel impedem que enquadremos o século III em termos absolutos. Ademais, como recorda Andrea Giardina, "(...) é impossível determinar (...) um índice normativo de tempo aplicável ao processo de crise"[42].

Por seu turno, ao elencar todo um leque de esferas da vida em sociedade que, uma vez afetados, assinalariam a existência de uma crise histórica, Mason flerta com uma análise de natureza sistêmica acerca da questão. Ora, nesse caso, os estudos regionais empreendidos por Witschel deixam claro a conjuntura extremamente variável que caracterizava, por exemplo, "a organização econômica" de diferentes áreas que integravam o mundo imperial romano no decurso do século III. Em suma, a proposta defendida por Mason não se sustenta no sentido de fornecer um instrumental com o qual poderíamos interpretar o Império romano do século III nos termos de uma crise.

---

39 STARN, Randolph. Crisis. In: HOROWITZ, Maryanne C. (ed.). *New dictionary of the history of ideas*. New York: Charles Scribner's Sons, 2005, p. 500.

40 STARN, Randolph. Historians and "crisis". *Past & Present*, London, ago. 1971, nº 52, pp. 3-22.

41 MASON, Gerhard. Crisis in history. In: WIENER, Philip P. *Dictionary of the history of ideas*. New York: Charles Scribner's Sons, 1968, p. 593.

42 GIARDINA, op. cit., p. 13.

Quase quatro décadas depois de Mason, coube ao já mencionado Starn a definição do conceito de crise no "Novo dicionário de história das ideias" ("*New dictionary of the history of ideas*"). Conforme já mencionado, Starn ensina que o conceito de crise escapa a definições unívocas, definitivas. Afirmo, entretanto, que o traço a conferir validade ao conceito reside justamente em sua natureza flexível, mesmo volátil – ainda que isto possa soar paradoxal. Desta forma,

> Crises, para serem consideradas como tais, devem ocorrer no decurso de eventos específicos, mas podem ser caracterizadas em termos orgânicos, mecanicistas ou revolucionários enquanto episódios críticos em meio a um ciclo vital, indícios de disfunção estrutural ou corolários de uma revolução[43].

A maleabilidade do conceito não pode ser levada em conta senão em relação à própria natureza interpretativa da operação historiográfica: em razão, dentre outros, do aporte teórico e conceitual do qual se serve, o historiador enuncia um conjunto lógico de argumentação, condizente com as evidências relativas à determinado aspecto do passado com o qual ele lida[44]. Com isso, quero dizer que o uso ou não do conceito de crise como ferramenta heurística para se pensar certos elementos referentes à sociedade imperial do século III adquire sentido se considerado à luz das interpretações formuladas pelo historiador no desenvolvimento de seu labor; a recusa apriorística do conceito, motivada por uma acepção negativa que se lhe possa atribuir, acaba por condenar de antemão toda e qualquer cadeia argumentativa que um ou outro historiador possa porventura elaborar.

Assim sendo, voltemos por ora aos questionamentos levantados no parágrafo que abre o presente tópico. Diante deles, faz-se mais do que necessário estabelecer *alguma* definição quanto ao significado do conceito de crise, se optarmos por usá-lo para a consecução de um estudo acerca de determinada realidade pretérita. Contudo, dado o caráter polissêmico do vocábulo, defini-lo de forma precisa se mostra uma tarefa altamente improvável. A despeito disso, julgo ser possível descrevê-lo de uma tal maneira – simples, é bem verdade – que permita que seja explorado como modelo analítico no tocante ao Império romano entre os anos de 249-284, em que pesem todas as objeções levantadas nas últimas duas décadas, como assinaladas na primeira parte deste artigo.

---

43 STARN, op. cit., 2005, p. 500.

44 O historiador se serve de categorias conceituais, ensina Paul Veyne, pois que permitem imprimir alguma ordem aos fenômenos dos quais se ocupa. Essa vagueza, essa impossibilidade de definirmos os conceitos com precisão resulta, assim, salutar. A mutabilidade dos conceitos, por seu turno, demanda que o historiador jamais deixe de contextualizá-los. Cf. VEYNE, Paul. Os conceitos em história. In: SILVA, Maria B. N. (org.). *Teorias da história*. São Paulo: Cultrix, 1976, pp. 129-131.

Principiemos com Wolf Liebeschuetz. O estudioso assinala que a utilização do conceito de crise para se descrever as circunstâncias históricas – bem como as consequências – próprias do século III mantém-se devidamente apropriada, a despeito da atual preferência por vocábulos que, a princípio, estariam isentos de juízos de valor[45]. Considero válida tamanha argumentação, na medida em que noções como as de "transformação", "mutação" ou "mudança" não se revelam autorreferentes, demandando, pois, adequada conceituação. Dito de outra maneira, se o conceito de crise haveria de ser abandonado por conta de sua alegada carga negativa e extrema banalização, palavras como "transformação" ou "mudança" não contemplam uma neutralidade *per se*.

No entanto, faz-se escusado salientar que o emprego de uma categoria como crise demanda alguma reflexão. Dentre as várias críticas que tece, Bravo Castañeda sustenta que carecia aos antigos gregos e romanos uma concepção de crise que fosse além do contexto médico ou filosófico. Neste sentido, soaria anacrônico se buscássemos compreender as realidades do mundo greco-romano mediante um modelo de crise. Além disso, não se verifica em meio à documentação coetânea ao século III quaisquer vestígios de utilização do termo crise[46]. Contudo, duas objeções podem ser levantadas em relação a tal ajuizamento. A primeira delas diz respeito ao caráter contraproducente do argumento elaborado por Bravo Castañeda. O conhecimento histórico se efetiva mediante o emprego de conceitos nem sempre derivados das interações sociais que caracterizavam dada época e/ou lugar para o qual o investigador se volta. Bravo Castañeda convida, pois, os historiadores a se deitarem no leito de Procrusto; devemos recusar tal chamado na medida em que "a pesquisa [histórica] deve operar com generalizações, em especial com teorias das quais se possam derivar hipóteses heurísticas", como escreveu Ciro Flamarion Cardoso ao se remeter, por exemplo, à questão da "economia" em uma sociedade como a romana, que desconhecia aquela categoria analítica que, por sinal, apenas veio a ser constituída em séculos mais recentes[47].

A segunda objeção leva em consideração as regras do próprio jogo que Bravo Castañeda procura estabelecer. Sabe-se que todo conceito pode ter uma história e, nesse caso, tentar-se-á resgatar um sentido atribuído ao vocábulo crise que se mostre relevante para a escrita da história do Império romano do século III. Dialogo, portanto, com Reinhart Koselleck e sua "história dos conceitos"[48]. Deste modo, julgo que podemos definir o conceito de "crise"

45 LIEBESCHUETZ, John H. W. G., op. cit., pp. 15-16.
46 BRAVO CASTAÑEDA, op. cit., 2012, p. 123.
47 CARDOSO, Ciro F. S. Existiu uma "economia romana"? *Phoînix*, Rio de Janeiro, 2011, v. 17, nº 1, pp. 15-36.
48 Cf. KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, 1992, v. 5, nº 10, pp. 134-146.

de um ponto de vista linguístico a fim de "pensar a partir dele a realidade histórica", procedimento este que permite ao estudioso "atuar sobre a realidade de forma concreta"[49].

Assim, vejamos. Koselleck recorda que na Grécia clássica o termo *krisis* era aplicado, por exemplo, nas obras hipocráticas no caso de uma doença, referindo-se tanto à condição observável de um paciente quanto à decisão relativa à evolução da patologia. Em um determinado momento, poder-se-ia apontar se o paciente recobraria sua saúde ou sucumbiria ante a doença. Apropriada por Galeno no século II, tal acepção de *krisis* ganharia os séculos vindouros, inclusive ampliando-se para as esferas do discurso político e social, empregada em um sentido metafórico[50]. Neste ensejo, a palavra *krisis* assinalava o intervalo de tempo durante o qual o quadro clínico de um paciente ou piorava ou melhorava. Em outras palavras, um período crítico, o que assegurava a *krisis* um significado transicional ou temporal[51].

Por seu turno, Hans Armin Gärtner e Ye Min salientam que o vocábulo latino *discrimen* guardava significado semelhante ao do termo grego *krisis*. Passagens em textos de autoria de Júlio César e de Tito Lívio são invocadas como evidência de que "os historiógrafos romanos tinham ciência da noção de momento decisivo", a qual, inclusive, se faria notar em meio à anterior produção historiográfica helênica, como o comprovaria Tucídides[52]. Júlio César reportava, acerca de um ataque perpetrado pela tribo belga dos nérvios no ano de 53 a.C., que o centurião Públio Séstio Báculo demonstrou grande bravura durante a pugna, quando "as coisas se encontravam em um extremo ponto crítico" ("*in summo rem discrimine*")[53]. Já Tito Lívio relataria um eventual pronunciamento que emissários de origem grega teriam proferido diante do Senado romano no ano de 204 a.C. (portanto, no período final da Segunda Guerra Púnica); em meio ao discurso, lê-se que os helenos teriam dito aos senadores de Roma que "*in discrimine est nunc humanum omne genus*, *utrum vos an Carthaginiensis principes orbis terrarum videat*" ("neste momento, toda a espécie humana está em situação crítica, se vos vê ou vê os cartagineses como líderes do mundo")[54]. Além disso, dicionários como o organizado por Félix Gaffiot salientam que substantivo neutro *discrimen*, *inis*, possui acepções que iam

49 Ibid.
50 Id. Crisis. Translated by Michaela W. Richter. *Journal of the History of Ideas*, Philadelphia, abr. 2006, v. 67, nº 2, pp. 357-400.
51 "Conceitualizada como crônica, 'crise' também pode indicar um estado de maior ou menor permanência, tal como em uma mais ou menos longa transição rumo a algo melhor ou pior ou em direção a algo completamente diferente". Cf. Ibid.
52 GÄRTNER, Hans A.; MIN, Ye. The impact of the Empire's crises on historiographical and historical thinking in Late Antiquity. In: MUTSCHLER, Fritz-Heiner; MITTAG, Achim (eds.). *Conceiving the Empire*. China and Rome compared. Oxford: OUP, 2008, p. 323.
53 JÚLIO CÉSAR, *De Bello Gallico* 6.38.2.
54 TITO LÍVIO, 29.17.6

desde "linha de demarcação", "ponto de separação" até "momento em que se trata de decidir", "decisão" ou "determinação" e, finalmente, "posição crítica"[55].

Enfim, sem a pretensão de soar exaustivo, limito-me a tais apontamentos visto que permitem assinalar o fato de que havia entre os antigos romanos algum arcabouço conceitual que lhes permitia interpretar determinados processos históricos tomando-nos como um "momento crítico/decisivo", ainda que, como quer Bravo Castañeda, vocábulos como *krisis* ou *discrimen* não estejam explicitamente assinalados nas fontes literárias ou epigráficas das quais dispomos atualmente no que tange ao século III.

Considerações finais

O aumento significativo, em especial a partir da década de 1990, de estudos dedicados à temática da "crise do século III" implica a revisão e muitas vezes até mesmo o abandono de certas perspectivas historiográficas referentes à questão. Trabalhos como os de Witschel permitem que compreendamos a notável variação regional e local no que diz respeito a diferentes esferas da vida em sociedade, como a demografia ou a economia. Tornou-se impossível, logo, pensar o Império romano do século III como palco de uma crise generalizada e catastrófica[56]. Por sua vez, Strobel e Bravo Castañeda ressaltam uma dimensão elementar do ofício do historiador: o trato com as fontes, em particular as literárias. Faz-se mais do que necessário desvendar as possíveis intenções e objetivos que conduziram os autores tardo-antigos, tanto cristãos quanto pagãos, a tecerem um quadro negativo acerca de boa parte do século III, investigando-os tendo em mente o lugar social a partir do qual se efetuou a elaboração desses variados discursos.

No entanto, estamos diante de narrativas historiográficas que, ao negar consciente ou inconscientemente a utilização do conceito de crise, findam por se apresentar como "uma sequência de lentas, longas e modestas modificações sem rupturas"[57]. Ora, reconhecer que certas áreas do Império romano vivenciaram um processo de decréscimo populacional que

55 DISCRIMEN, INIS. In: GAFFIOT, Félix. *Dictionnaire latin-français*. Paris: Hachette, 1934, pp. 537-538.

56 Em outras palavras, ficaram estremecidas as bases epistemológicas do debate historiográfico nos moldes, por exemplo, daquele que envolveu Ferdinand Lot e André Piganiol na primeira metade dos Novecentos, fundamentado na leitura decadentista de que a crise do século III correspondia à gênese do "fim do mundo antigo". Para uma análise sucinta quanto a isso, ver CÂNDIDO DA SILVA, M. A data. In: _____. *4 de setembro de 476*. A queda de Roma. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006, pp. 1-9.

57 LE BOHEC, Yann. Crise ou pas crise? La Lyonnaise, du IIIe au Ve siècle: méthodologie de la crise. In: PONS PUJOL, Lluís. *Hispania et Gallia*: dos provincias del Occidente romano. Barcelona: Edicions de la Universitat de Barcelona, 2010, p. 166.

remontava à epidemia de peste que grassou ao tempo de Marco Aurélio e de Cômodo[58] ou que a desvalorização da moeda de prata corrente se iniciaria com a introdução do antoniniano à época de Caracala (211-217)[59] não deveria forçosamente resultar na recusa de uma concepção de crise ao se abordar a sociedade imperial romana do século III. Historiadores como Strobel, Witschel e Bravo Castañeda parecem assentar-se sobre o princípio de que os fenômenos históricos observados no século III seriam adequadamente (ou mais bem) explicados se concebidos a partir de uma perspectiva de longa duração, remetendo-os a estruturas que se forjaram nos dois primeiros séculos da era imperial. Quer dizer, trata-se de um ponto de vista que, em essência, faz da História um cabedal de mudanças graduais e de transformações lentas.

É curioso notar, contudo, que os três autores ora escrutinados não se mostram capazes de dispensar por completo a ideia de crise. Strobel escreve que, "na melhor das hipóteses", por crises poderíamos classificar fenômenos únicos circunscritos a intervalos relativamente curtos de tempo em meio ao desenrolar histórico do período posterior a 235. Deste modo, no que se referiria ao campo da política interna e externa, as crises se delimitariam aos anos de 238, 253, 260-261, 268, 270, 276 e 284-285[60]. Por seu turno, Witschel reconhece que, para uma "fase limitada" entre 250 e 280/290, "o conceito de uma crise efetiva" seria aceitável até certo ponto, pois que naquele período de uma a duas gerações os fatores externos (as invasões perpetradas por germânicos e persas) coadunam-se com dificuldades de ordem

58 Segundo Elio Lo Cascio, a população da Península Itálica começou a sofrer uma redução em fins do século II, consequência da eclosão da "peste Antonina" por volta de 165. Cf. LO CASCIO, Elio. Recruitment and the size of the Roman population from the third to the first century BCE. In: SCHEIDEL, Walter (ed.). *Debating Roman demography*. Leiden: Brill, 2001, p. 134. John L. Brooke destaca que a "peste Antonina" teria condicionado uma diminuição, ainda que temporária, da atividade econômica romana e da construção de edifícios em pedra ao final dos anos 160 e ao longo da década seguinte; mas "o impacto da 'peste de Cipriano' [isto é, daquela que ocorre nos meados do século III] pode ter sido pior". Ver BROOKE, John L. *Climate change and the course of global history*: a rough journey. Cambridge: University Press, 2014, p. 334. Em suma, se da virada do século II para o III até a era de Justiniano a Itália conheceu sucessivos surtos epidêmicos, o caráter recorrente dessas epidemias não aclara, *per se*, os efeitos que porventura causaram em cada um dos contextos específicos em que emergiram.

59 O chamado *antoniniano* foi introduzido ao sistema monetário imperial por volta do ano de 215. A prata equivalia a menos de 50% do material a partir do qual tais peças eram fabricadas. Embora, em tese, correspondessem a 2 denários, continham o peso de somente 1 denário e meio. A nova moeda foi abandonada pouco tempo depois, porém reintroduzida a partir de 238, ao mesmo tempo em que a produção do denário passou a ser deixada de lado. Ao tempo de Décio (249-251), o peso médio do antoniniano foi de 4 gramas; no decorrer das décadas de 250 e 260, contudo, a moeda conheceria um tamanha desvalorização em seu peso e na quantidade de prata que possuía que dificilmente poderia ser comparada com as peças confeccionadas nos decênios anteriores. Ver VERBOVEN, Koenraad. Demise and fall of the Augustan monetary system. In: HEKSTER, Olivier; DE KLEIJN, Gerda; SLOOTJES, Daniëlle (eds.). *Crises and the Roman empire*. Leiden; Boston: Brill, 2007, p. 247. Cf. também ANTIQUEIRA, Moisés. A revolta dos moedeiros e a muralha Aureliana: a cidade de Roma sob o reinado de Aureliano (270-275 d.C.). *Vozes, Pretérito & Devir*, Teresina, 2013, v. 1, nº 1, pp. 202-217.

60 Ver STROBEL, op. cit., pp. 345-346.

econômica em várias regiões do Império[61]. Já Bravo Castañeda afirma ser difícil subtrair-se à perspectiva de que, entre as décadas de 240 e 270, o Império romano teve de suportar os "efeitos visíveis de 'uma' ou 'várias' crises", que redundaram em transformações de natureza diversa[62].

Seja como for, ressalte-se que é salutar que o historiador, no exercício de seu ofício, não negligencie o caráter contínuo dos processos históricos. Todavia, o estudioso que se limitar a apontar alterações gradativas produzirá, como ensina Liebeschuetz, um quadro parcial e incompleto a respeito dos meados do século III, ao minimizar ou mesmo ignorar as ações e inovações adotadas pelos agentes sociais diante de eventos traumáticos e destrutivos, como o foram as guerras civis e as múltiplas invasões externas com as quais os romanos tiveram de lidar naquela época[63].

Por sua vez, a recusa à concepção de crise se baseia, penso, em uma unívoca (e por vezes irrefletida) associação que se forja entre "crise" e "ruptura", como se se tratasse de vocábulos intercambiáveis. A definição elaborada por Mason, como vimos anteriormente, seguia por esse caminho. Ora, a cristalização de uma efetiva ruptura (que jamais, reputo, haveria de ser total) em relação a condições históricas prévias pode constituir o resultado de um ou mais processos de crises, mas não necessariamente. Assim sendo, compreender diferentes episódios ocorridos no século III enquanto processos "críticos/decisivos" permite, creio, avaliar de forma adequada a capacidade de iniciativa demonstrada pela coletividade romana e a relação dialética entre inovação e tradição que se manifesta nas instituições sociais e políticas nos meados daquele século.

Portanto, considero que se estabelecermos uma acepção inequívoca quanto ao termo – e, para tanto, sugiro a possibilidade de nos fiarmos a partir da noção de "período crítico" notada no decorrer da própria Antiguidade greco-romana – poder-se-ia aplicar o conceito de crise como ferramenta metodológica válida para a análise de diferentes fenômenos históricos observados no interior do mundo romano entre o reinado de Décio e a ascensão de Diocleciano, prescindindo, pois, da retórica apocalíptica que Gibbon nos legou há mais de duzentos anos.

---

61 Cf. WITSCHEL, op. cit., 2004, p. 274.

62 BRAVO CASTAÑEDA, op. cit., 2012, p. 127.

63 LIEBESCHUETZ, op. cit., p. 19. O mesmo pode ser dito no que tange ao tipo de interpretação que relativiza o impacto das crises ao sobrevalorizar o caráter cíclico dos processos críticos entre a Antiguidade e a Idade Média, de modo que alternar-se-iam períodos de crise (séculos III, V e VII) e épocas de recuperação/crescimento (séculos IV, VI e VIII). Exemplo desse tipo de discurso pode ser encontrado em CÂNDIDO DA SILVA, op. cit., p. 9.